

AS REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE E O CAMPO RELIGIOSO AFRO-BRASILEIRO LOCAL

Reflections on the teaching practice and local Afro-
Brazilian religious field

THIAGO DA CONCEIÇÃO DIAS*

Resumo: Este estudo enfocará sobre as relações existentes entre o campo religioso afro-brasileiro local e prática docente nas aulas de História dos anos finais do Ensino Fundamental. Este termo “intolerância” define bem o perfil de violência que tem surgido no nosso país. A intolerância religiosa tem muitas consequências negativas como o crescente desrespeito do grupo de agressores em relação às pessoas de religiões diferentes. O clima de insegurança e medo só aumenta. As religiões de matriz africana são estigmatizadas no Brasil. Destacamos uma breve discussão sobre o papel do professor diante os olhares e experiências dele e dos alunos no que toca o processo de religiosidade. Para ajudar a combater a prática de intolerância, devemos criar métodos para abordar o assunto dentro da sala de aula.

Palavras-chave: Prática docente, Religiosidade, Intolerância.

Abstract: This study will focus on the relationships between the local Afro-Brazilian religious field and the teaching practice in the History classes of the final years of Elementary School. This term "intolerance" defines well the profile of violence that has arisen in our country. Religious intolerance has many negative consequences, such as the growing disrespect of the group of aggressors over people of different religions. The climate of insecurity and fear only increases. Religions of African origin are stigmatized in Brazil. We highlight a brief discussion about the role of the teacher in the face of his / her and students' views and experiences regarding the process of religiosity. To help combat the practice of intolerance, we must create methods to address the subject within the classroom.

Keywords: Teaching practice, Religiosity, Intolerance.

Artigo recebido em 03 de março de 2018 e aprovado para publicação em 16 de maio de 2018.

* Graduando do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas com habilitação em Sociologia, na Universidade Federal do Maranhão - UFMA. (email: thiago.dias29@yahoo.com.br).

Neste artigo abordaremos um assunto pouco discutido entre estudantes e professores de história nas salas de aula dos anos finais do ensino fundamental, as religiões de origem africana no Brasil. De todas as instituições africanas, entretidas na América pelos colonos negros ou transmitidas aos seus descendentes puros ou mestiços, foram às práticas religiosas do seu fetichismo as que melhor se conservaram no Brasil.¹ A religião é uma instituição social por está presente na sociedade ao longo da história humanidade. Por está presente no meio social, faz parte da cultura consistindo assim em um sistema de símbolos que propiciam intensas motivações aos indivíduos.

Segundo Geertz, o conceito de religião está ligado ao conceito de cultura como:

um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida.²

O Brasil é uma nação multicultural, composta por diversas formas de organização social em diferentes grupos. Podemos observar essa diversidade e suas variações, por exemplo, no campo religioso. Porém, é possível perceber uma discriminação mascarada ou simplesmente negada. Principalmente no ambiente escolar, lugar onde deveria ser um espaço aberto para o debate sobre a diversidade cultural que faz parte da história da formação do nosso país.

As diferenças sociais do Brasil se refletem e se reforçam na maneira como formamos nossos cidadãos. Há quem diga que a escola é reprodutora de desigualdades sociais. Pois “continua selecionando alguns saberes, valores e práticas e rejeitando outros com base em diferentes tipos de relações de dominação – econômicas, políticas, étnicas, de gênero, de orientação sexual, de religião”.³

De acordo com o dicionário de conceitos históricos, a palavra “religião vem de *religio*, termo latino que originalmente se referia a qualquer conjunto de regras e interdições⁴”. É algo que liga o ser humano ao sagrado segundo o antropólogo Geertz. Estudiosos da religiosidade sabem que a fé nasce da participação nos cultos coletivos. Eles permitem ao fiel se reaquecer

¹ RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p 240.

² GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.

³ OLIVEIRA, Anna Luiza Araújo Ramos Martins de. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 34, n. 20, p. 33-62, jan. 2009.

⁴ SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

moralmente, vivenciando a fé como calor, vida e o entusiasmo que transportam o indivíduo para além de si mesmo, como já escreveu Émile Durkheim.

A religiosidade é pouco tratada durante as aulas de história nos anos finais do Ensino Fundamental. A variedade de religiões é pouco conhecida pelos professores e retratada de forma superficial nos livros didáticos. Hoje no Brasil, segundo país em população negra no mundo de acordo com o IBGE, nos deparamos com vários casos de intolerância, principalmente em relação às religiões de matriz africana. Portanto, fica evidente a necessidade de tornar as pessoas mais conscientes e atentas à diversidade religiosa presente no nosso país. São inúmeras religiões e práticas culturais que precisam ser reconhecidas e valorizadas porque fazem parte da história nacional.

Sabemos que atualmente o Brasil é um Estado Laico, ou seja, legalmente o Estado é independente e não está submetido aos propósitos de qualquer confissão religiosa. Além disso, os cidadãos têm a garantia constitucional de poder professar a religião que desejarem, sem discriminação. Na prática a realidade é outra, o cenário que encontramos apresenta um número elevado de intolerância algumas vezes acompanhada de violência.

Busquei observar mais de perto como nossos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental fazem representações sociais dos negros e como compartilham suas crenças e valores a partir dos estereótipos étnicos. Alguns estudos de pesquisadores do Brasil mostram que os estereótipos são os que mais se reproduzem em relação à representação sobre o negro em nossa sociedade. Por este motivo me pergunto sobre os significados e representações dos estereótipos na sociedade brasileira e a importância de desmitificá-los.

A partir do trabalho de campo em turmas do 6º e 9º ano nas aulas de história no município de Bacabal - MA, foi possível verificar alguns constrangimentos de alunos ao se assumirem como afrodescendentes ou que pertencem a uma religião de matriz africana. Visto que os colegas da turma os rotulavam de macumbeiros. A princípio, o discurso dos alunos em relação às religiões de matrizes africanas mostrou-se carregado de preconceitos e classificadas como magia negra. Outro traço marcante das falas dos alunos foi à ideia de que as práticas religiosas mencionadas durante a aula, não faziam parte da cultura brasileira.

Nas aulas de História, o assunto é limitado. Durante seus cursos de graduação, muitos professores não tiveram acesso a disciplinas sobre o ensino de história da África e sua influência na formação da sociedade brasileira, principalmente em relação à religiosidade. “Intransigência com relação a opiniões, atitudes, crenças, modo de ser que reprovamos ou julgamos falsos”, assim é definida a palavra intolerância no Dicionário Houaiss. Ao longo da

História, não faltam exemplos em que ela possa ser aplicada, principalmente quando envolve questões religiosas.

Em tempos de intolerância e retrocesso, abordar temas voltados à religião em nossa sociedade é um trabalho difícil de ser realizado diante da massificação do pensamento que se inclina à negação da diversidade religiosa e toda contribuição dos povos africanos na nossa sociedade. Portanto, o papel do professor pode fazer a diferença.

A importância dos africanos e seus descendentes para a história do Brasil, como alertam diversos estudos culturais, precisa ser reconhecidas e valorizadas. “Aos africanos trazidos foram impostas a língua e a religião dos colonizadores para poder melhor servir aos interesses dos proprietários da terra”.⁵

Desde o período colonial se tem notícias de cultos africanos em terras brasileiras. Como os africanos vieram para o Brasil como escravos e a religião oficial, era a católica, todos foram proibidos de cultivar suas divindades livremente. “A princípio proibiram os cultos, sob a alegação de que as práticas religiosas eram demoníacas, utilizando o batizado para libertar os negros do poder do demônio e dar-lhes uma alma, que os aproximasse do Deus dos brancos”.⁶ A partir daí no período colonial e imperial brasileiro, a repressão dos colonizadores portugueses e das autoridades oficiais às religiões africanas e afro-brasileiras, levaram seus adeptos a fazerem adaptações para escapar da perseguição. Entidades divinas foram associadas a santos católicos, por exemplo.

Hoje em dia o preconceito continua firme e forte. Preconceito e discriminação originam-se do racismo, sistema que afirma a superioridade racial de um grupo sobre o outro.⁷ Pessoas quando usam roupa branca religiosa na escola, viram motivo de piadas e tem valores espirituais criticados. Os estudantes adeptos das religiões de origem africana que frequentam escola pública, não podem usar as contas (colares religiosos). Ou se tornam motivos de piadas ou simplesmente são proibidos pela da direção da escola.

Em junho de 2015, a estudante Kayllane Campos de 11 anos, foi apedrejada na saída de um culto de candomblé. Na delegacia, o caso foi registrado como preconceito de raça, cor, etnia ou religião e também como lesão corporal, provocada por pedrada, de acordo com G1. A

⁵ BRANDÃO, Carlos. *Identidade & Etnia*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁶ SILVA, Ana Célia da. *A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?* Salvador: EDUFBA, 2011. P. 84

⁷ _____. *A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?* Salvador: EDUFBA, 2011.

intolerância é generalizada. No imaginário popular todos que professam religiões afro-descendentes são rotulados de macumbeiros ou seguidores do Diabo.

A abordagem religiosa é um dos tabus a serem discutidos quando falamos em África. Pode ser extremamente conflituosa se não houver meios para um aprofundamento teórico. Diante os terreiros de umbanda e candomblé, a principal dificuldade concentra-se no receio de um professor, aluno ou diretor de escola que seja praticante da religião assumir suas crenças e práticas no ambiente escolar, pois são estigmatizados. Além do mais, sabemos que os cristãos (católicos e protestantes) são maioria nas escolas.

Daí a relevância do ensino de história local, incluindo a religiosidade, apresenta-se como um ponto de partida para a aprendizagem histórica e reconstrução das identidades. Segundo Gaddis, “o estabelecimento da identidade requer o reconhecimento de nossa relativa insignificância no grande esquema das coisas”.⁸ Com a introdução da História local como objeto de estudo nas aulas de história, requer que o professor explore a religiosidade afro-brasileira local.

A abordagem da religiosidade afro-brasileira local pelo professor dá sentido de inclusão inusitado, colocando o homem no centro do acontecer histórico. Falar sobre a vida cotidiana contempla reflexões das representações construídas socialmente como aponta Agnes Heller:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias.⁹

Segundo Silva, a “realidade, o cotidiano do outro pode conter uma trama de construções que visam ocultar o real vivido, porque esse real pode ser visto não como diferente, mas como desigual”.¹⁰ Isso significa que é preciso desconstruir nossos preconceitos para entender o outro.

O papel do professor nas abordagens sobre a intolerância religiosa

⁸ GADDIS, John Lewis. Paisagens da História. *Como os Historiadores Mapeiam o Passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003

⁹ HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra 2008.

¹⁰ SILVA, Ana Célia da. *A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?* Salvador: EDUFBA, 2011

O ano de 2003 é um marco na história das leis educacionais no Brasil. Entra em vigor, a lei 10.639/03, na forma do artigo 26 – A acrescido à Lei n. 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que define obrigatoriamente que os conteúdos sobre a história cultural africana e seus descendentes devem ser abordados na educação básica das redes privadas e pública de todo do Brasil.

Proveniente do Projeto de Lei nº 259 apresentado em 1999, pela deputada Esther Grossi e pelo deputado Benhur Ferreira, a lei sugere que o combate ao preconceito precisa ser enfrentado pelo Estado por meio da educação e de políticas afirmativas, com o objetivo de desenvolver a cidadania plena, isto é, com todos os direitos sociais e políticos assegurados. “Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade”.¹¹

Com a lei os professores devem abordar assuntos que envolvem os saberes das tradições africanas, garantindo o acesso dos alunos à informação e reafirmando o valor da diferença. Por meio do acesso às mais diferentes formas de conhecimento e com a ruptura de preconceitos e barreiras culturais, podemos construir conhecimentos sobre nossas origens.

Lamentavelmente a lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana nas aulas de história ou literatura da educação básica, na maioria das vezes, não tem aplicação prática em sala de aula. Temas sobre história e cultura afro-brasileiras não costumam ser tocados porque acreditam em uma *democracia racial*¹². Infelizmente essa democracia nunca existiu. Até mesmo dentro do espaço escolar, a desigualdade é reproduzida. Em nosso país a presença marcante do mito da democracia racial vem sendo reproduzido pela mídia e até mesmo pelas instituições de ensino, o que leva acreditar que religião não se discute.

No Brasil, aqueles que são adeptos de religiões de origem africana são estigmatizados. Sofrem a discriminação e o preconceito antes reservados ao negro africano.¹³ Há uma grande falta de memórias e histórias das religiões afro-brasileiras nos espaços de aprendizagem no ensino fundamental, tudo isso dificulta as construções de identidades positivas pelos indivíduos deste grupo.

A falta de formação dos professores dificulta a abordagem teórica de temas étnicos raciais e também sobre a diversidade religiosa presente no nosso país. Poucos querem falar a

¹¹ PETRONILHA, Beatriz Gonçalves e Silva. *Parecer homologado*. Brasília, DF, 2003

¹² SANTOS, Joel Rufino dos. *A Questão do Negro na Sala de Aula*. São Paulo: Global Editora, 2016.

¹³ GUIMARÃES, A.S.A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Editora 34, 1999.

respeito da intolerância religiosa, mesmo os que sabem fazer um aprofundamento teórico sobre o tema numa sala de aula, apresentam uma resistência devido à própria religião que está inserido. Com a falta de motivação pessoal dos educadores, muitos acabam seguindo os materiais didáticos e tratam o tema de forma superficial, fazendo com que os alunos tenham dificuldade e desinformação sobre o assunto. Essa carência de informação se reflete na maneira como os estudantes tratam o tema.

Em 2016, por exemplo, o tema da redação do Enem falou sobre desrespeito às crenças religiosas. Lamentavelmente, o tema intolerância Religiosa dividiu opiniões de estudantes. Alguns alunos apresentaram muita dificuldade por não ter argumentos teóricos para o debate. Outros gostaram e outros simplesmente acharam que não era necessário. Isso é uma alerta para a necessidade de abordar o assunto nas salas de aula.

Na prática nota-se a dificuldade de se trabalhar as religiões afro-brasileiras nos anos finais do Ensino Fundamental. O primeiro desafio é conquistar e chamar a atenção dos nossos alunos. Diariamente lidamos com a diversidade religiosa que cresce com o passar do tempo. Como professores, é nosso dever compartilhar estes conhecimentos étnicos e culturais onde a religião está relacionada com a história dos povos africanos. “Não há, pois, no fundo religiões que sejam falsas. Todas são verdadeiras à sua maneira”.¹⁴

A identidade de professor é construída ao longo do tempo. “A profissão de docente, como as demais, emerge de um dado contexto e momentos históricos, como resposta a necessidades que estão postas a sociedade, adquirindo estatuto de legalidade”.¹⁵ Atualmente, é abordar essa temática para surtir efeitos na sala de aula nas próximas gerações.

Conhecer a História do Brasil e a importância dos Africanos para a formação da sociedade é sempre salutar. Para o trabalho em sala de aula pode ser proveitoso associar passado e contemporaneidade das religiões, trazendo formas de abordagens mais interativas. Uma boa opção é fazer uma comparação de imagens do período colonial e imagens recentes das diversas religiões de origens africanas. Tudo é simplesmente África, perdidas as diferenças e especificidades.¹⁶

De acordo com a pesquisadora Danielle Basto Lopes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro:

¹⁴ DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

¹⁵ PIMENTA, Selma G. & LIMA, Maria Socorro L. *Estágio e Docência: diferentes concepções*. São Paulo, 2004

¹⁶ PRANDI, Reinaldo. *De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião*. Revista Usp, São Paulo, n.46, p. 52-65, junho/agosto 2000.

O ensino de história herda o dever de ressaltar a pluralidade de povos vindos daquele continente, como os bantos e os sudaneses – estes incluindo grupos diversos, como yorubás, nagôs, gegês, ewes e haussás, entre outras relações étnicas. São Legados culturais complexos e diversificados, o que torna a proposta de um ensino de história da África desafiadora e ao mesmo tempo estimulante.¹⁷

Diante de tudo que foi discutido é necessário ter consciência de que a religião faz parte da cultura nacional, é um fenômeno cultural que reflete a cultura de um determinado grupo e também um campo de memória. A religião é constituída por mitos, rituais e comportamentos morais e está presente em todos os grupos queira ou não. Portanto, é preciso quebrar esse ditado do senso comum de que “religião não se discute”. Deve ser discutido sim, e o professor deve ser o mediador do debate. Podemos mudar esse cenário de intolerância através da educação. Alunos e professores devem discutir religiões. Quando há divergência dentro da sala, não espaço para um debate, prevalece à autoridade do professor, subjugando as minorias religiosas que se encontra entre os discentes. Precisamos investir neste tipo de tema e avaliar a intensidade e o significado dessas atitudes.

Para os alunos é difícil estudar as religiosidades africanas, pois as religiões oriundas de crenças e doutrinas cristãs, da qual boa parte dos discentes e docentes fazem parte, e o pensamento eurocêntrico enraizado no Brasil, predominam a sociedade, sobretudo, às escolas. Portanto, visto que o racismo faz parte da estrutura brasileira e se conserva até os dias atuais, torna-se um desafio para o(a) professor(a) trabalhar as religiões de matriz africana na sala de aula nos últimos anos do fundamental e fazer com que os alunos reconheçam à pluralidade cultural, trazidas pelos africanos escravizados que chegaram a este país.

“Os africanos trouxeram seus credos para a América portuguesa”¹⁸, passaram a influenciar com elementos religiosos a cultura brasileira. É muito complicado identificar a proveniência de determinadas crenças. Visto que vários autores já discutiram que a formação da nossa cultura se deu a partir da junção de povos diferentes, sobretudo, de várias partes da África. Porém, levar esses conteúdos para as aulas, com embasamento teórico e seriedade no tratamento dos temas, só pode beneficiar a formação de todos os alunos, sejam eles pretos, brancos, indígenas ou amarelos. Um país culturalmente diverso, que quer ser democrático, deve lutar por mais democracia nos currículos e nas escolas. Sendo assim é importante fazer referência a um dos mais representativos símbolos da cultura africana, que são os tambores.

¹⁷ BASTO LOPES, Danielle. ‘*Não*’ para os clichês. Revista da História da Biblioteca Nacional, Ano 9, n. 103, jul. 2014)

¹⁸ DEL PRIORE, Mary e VENANCIO, Renato. Uma breve História do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

Muito tradicional na manifestação da cultura afro-brasileira no estado do Maranhão, o tambor de Crioula.

Gadotti diz que “o poder do professor está tanto na sua capacidade de refletir criticamente sobre a realidade para transformá-la, quanto na possibilidade de construir um coletivo para lutar por uma causa comum”.¹⁹

Cabe ao professor, durante suas aulas e por meio de sua interação com a classe, ajudar o aluno a compreender e ter consciência da importância do respeito à diversidade religiosa. Para isso é fundamental uma didática de ensino.

Libâneo se refere à ação docente quando diz que:

É certo, assim, que a tarefa de ensinar a pensar requer dos professores o conhecimento de estratégias de ensino e o desenvolvimento de suas próprias competências do pensar. Se o professor não dispõe de habilidades de pensamento, se não sabe “aprender a aprender”, se é incapaz de organizar e regular suas próprias atividades de aprendizagem, será impossível ajudar os alunos a potencializarem suas capacidades cognitivas.²⁰

As discussões sobre as religiões de matriz africana nas escolas, especificamente nas aulas de história, deveriam abrir espaço para um debate mais amplo sobre o próprio papel que as religiões desempenham na formação do povo brasileiro. Essas discussões são necessárias. É mais do que na hora de mudar esse quadro e transformar através da educação, o Brasil em um país tolerante.

Referências

Livros:

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira/Edusp, 1971.

BRANDÃO, Carlos. *Identidade & Etnia*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.

DEL PRIORE, Mary e VENANCIO, Renato. *Uma breve História do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História. Como os Historiadores Mapeiam o*

¹⁹ GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo & GUIMARÃES, Sérgio. *Pedagogia: diálogo e conflito*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

²⁰ LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1998.

Passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo & GUIMARÃES, Sérgio. *Pedagogia: diálogo e conflito*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.

GUIMARÃES, A.S.A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Editora 34, 1999.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA.A.G, OLIVEIRA.L.LINS, M. *Diálogos Interculturais Currículo e Educação: experiências e pesquisas antirracistas com crianças da educação básica*. Rio de Janeiro. Quartet, 2009.

PETRONILHA, Beatriz Gonçalves e Silva. *Parecer homologado*. Brasília, DF, 2003

SANTOS, Joel Rufino dos. *A Questão do Negro na Sala de Aula*. São Paulo: Global Editora, 2016.

SILVA, Ana Célia da. *A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?* Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

THORNTON, John. *A África e os Africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro, editora Campus, 2004.

Capítulos:

RODRIGUES, Raimundo Nina. Sobrevivências religiosas religião, mitologia e culto. *Os africanos no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p 240. ISBN: 978-85-7982-010-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>

Periódicos:

BASTO LOPES, Danielle. ‘Não’ para os clichês. *Revista da História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro. Ano 9, n. 103, jul. 2014.

OLIVEIRA, Anna Luiza Araújo Ramos Martins de. Os estudos culturais e a questão da diferença na educação. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 34, n. 20, p. 33-62, jan. 2009.

PRANDI, Reinaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. *Revista Usp*, São Paulo, n.46, p. 52-65, junho/agosto 2000.